

21 SET 1990

6 — O ESTADO DE S. PAULO

Congresso Nacional



José Paulo Lacerda/AE

Assessores legislativos em frente ao Congresso: protesto

Servidores pretendem quadruplicar salário

BRASÍLIA — Os 15 mil funcionários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União, tidos como dos mais bem pagos do País, querem 298,98% de aumento. Os salários maiores, hoje em torno de Cr\$ 500 mil, seriam elevados para Cr\$ 2 milhões, e os menores, de Cr\$ 31 mil, passariam para Cr\$ 124 mil. Em média, o salário desses funcionários seria de Cr\$ 1 milhão.

O movimento por aumento teve, até ontem, pequena adesão. Na assembleia de ontem compareceram cerca de 300 pessoas, que votaram pela entrega, na terça-feira, do pedido de aumento à mesa da Câmara e do Senado e à Presidência do TCU, com prazo até quinta-feira para resposta. Entre terça e quinta, o Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindilegis) com quatro mil filiados entre os 15 mil funcionários, tentará propagar o movimento aos departamentos do Congresso e do Tribunal de Contas, se possível com paralisação do trabalho. Na quinta-feira, haverá nova assembleia para avaliar a resposta às reivindicações.

Os servidores do Legislativo alegam que estão com os salários congelados desde a edição do Plano Collor e que, de janeiro até agora, sua perda de poder aquisitivo chega àquele índice, de 298,98%. Para os funcionários do Legislativo que participaram da assembleia, o melhor momento para pressionar os parlamentares é o que antecede as eleições de 3 de outubro. Entre as

táticas dos servidores, está a de mostrar no Estado dos parlamentares que não se preocupam com o salário daqueles que servem a eles diretamente.

Para a divulgação da assembleia de ontem, o Sindilegis gastou cerca de Cr\$ 400 mil, com a montagem de um filme curto e a compra de horário nobre nas TVs Globo e Manchete durante três dias. Ao verem o pequeno número de participantes na assembleia alguns organizadores atribuíram a desmobilização ao próprio passado dos funcionários do Legislativo. Mesmo os que se uniram têm uma dúvida: se pararem o trabalho, qual será o resultado prático? O Congresso nem sequer consegue realizar sessões, lembraram.

CONCURSO

A Justiça Federal de Brasília concedeu liminar em ação cautelar impetrada por 12 pessoas que fizeram o concurso para assessor legislativo e de orçamento e fiscalização financeira e não foram classificadas. Elas requereram na Justiça o direito de continuar fazendo as provas, sob a alegação de que a Fundação Carlos Chagas, responsável pelo concurso, permitiu a quebra de sigilo dos resultados das provas. O deputado Luiz Gushiken (PT-SP), diante da denúncia dos que prestaram concurso, pediu o cancelamento das provas. Cada um dos 75 classificados no concurso vai receber, em valores atuais, Cr\$ 600 mil. Cerca de oito mil pessoas concorreram, todas com curso superior.